

NEGACIONISMO AMBIENTAL E A GESTÃO DE RISCOS: O IMPACTO DA DESINFORMAÇÃO NA PREVENÇÃO E RESPOSTA ÀS ENCHENTES NO SUL DO BRASIL

Bianca Borges dos Santos¹

Bruno Ramos Mendonça²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o impacto do negacionismo ambiental e da desinformação na prevenção e gestão das enchentes na região Sul do Brasil. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica qualitativa, abordando os conceitos relacionados ao negacionismo ambiental, identificando os fatores que aumentam a vulnerabilidade da região Sul frente às enchentes e investigando como a disseminação de informações falsas prejudica a formulação e execução de políticas públicas eficazes na gestão de riscos ambientais. Constatou-se que o negacionismo ambiental compromete significativamente a implementação de estratégias preventivas adequadas, agravando os danos sociais, econômicos e ambientais provocados por esses eventos extremos. Conclui-se pela necessidade urgente de fortalecer ações educativas, estratégias de comunicação eficientes para combater as fake news ambientais e políticas públicas fundamentadas em evidências científicas, visando reduzir a vulnerabilidade das comunidades e melhorar a resposta aos desastres.

Palavras-chave: Negacionismo, Desinformação, Enchentes.

1 INTRODUÇÃO

As enchentes representam um dos desastres naturais mais recorrentes no Sul do Brasil, causando impactos sociais, econômicos e ambientais significativos. A intensificação desses eventos está diretamente relacionada a fatores climáticos, urbanização desordenada e falhas na gestão de riscos. No entanto, um elemento menos discutido, mas de extrema relevância, é o negacionismo ambiental, que se manifesta na recusa ou distorção de evidências científicas sobre mudanças climáticas e eventos extremos. A disseminação de desinformação sobre as causas e consequências desses desastres influencia diretamente a formulação e implementação de

^{1*} Analista de Marketing – IFRS. Tecnóloga em Marketing pela Instituição Federal IFRS-Erechim. E-mail: bbsbianca@gmail.com

^{2*} Professor e Pesquisador da Universidade Federal da Fronteira Sul-Campus Erechim. Orientador. E-mail: bruno.ramos@uffs.edu.br

políticas públicas, dificultando a adoção de medidas preventivas eficazes e a resposta adequada a essas crises.

Nesse contexto, o presente estudo busca analisar como o negacionismo ambiental e a propagação de desinformação impactam a gestão de riscos e a resposta às enchentes no Sul do Brasil. A relevância desse tema se justifica pela necessidade de compreender as barreiras que impedem uma abordagem mais eficiente na mitigação dos desastres, bem como a urgência de estratégias para combater a desinformação e fortalecer políticas baseadas em evidências científicas. O negacionismo ambiental não apenas compromete a conscientização pública, mas também influencia a tomada de decisões governamentais, afetando diretamente a resiliência das comunidades expostas a esses eventos climáticos extremos.

Diante dessa problemática, a pesquisa tem como questão norteadora: Como o negacionismo ambiental e a disseminação de desinformação influenciam a gestão de riscos e a resposta a enchentes no Sul do Brasil? Para responder a essa questão, o estudo tem como objetivo geral analisar o impacto do negacionismo ambiental na prevenção e gestão das enchentes. Como objetivos específicos, pretende-se: conceituar negacionismo ambiental e desinformação, identificar os principais fatores que contribuem para a vulnerabilidade da região Sul às enchentes e investigar o papel da desinformação na formulação de políticas públicas e resposta a desastres.

A metodologia adotada será uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, com análise de fontes secundárias, incluindo artigos científicos, relatórios de órgãos ambientais, dados sobre desastres ambientais e documentos de políticas públicas. Esse levantamento teórico permitirá compreender os mecanismos que sustentam o negacionismo ambiental e sua relação com a gestão de riscos de desastres no contexto brasileiro. Dessa forma, o estudo pretende contribuir para a discussão sobre a importância da ciência e da informação qualificada no enfrentamento dos desafios ambientais contemporâneos, especialmente em cenários de vulnerabilidade climática, como o Sul do Brasil.

2 NEGACIONISMO AMBIENTAL E DESINFORMAÇÃO: CONCEITOS E IMPACTOS

O negacionismo ambiental caracteriza-se pela recusa, distorção ou minimização das evidências científicas relativas às questões ambientais, especialmente aquelas relacionadas às mudanças climáticas e seus efeitos associados, como eventos extremos e desastres naturais. Esse fenômeno envolve a disseminação de informações incorretas, enviesadas ou incompletas,

muitas vezes motivadas por interesses econômicos, políticos ou ideológicos, com o objetivo explícito de desacreditar dados científicos amplamente reconhecidos pela comunidade científica. Dessa maneira, o negacionismo ambiental não apenas rejeita fatos comprovados, mas também dificulta o avanço da sociedade rumo à sustentabilidade, comprometendo ações importantes que poderiam mitigar impactos ambientais negativos e proteger populações vulneráveis (Santini; Barros, 2022).

Entre as características principais do negacionismo ambiental destaca-se, primeiramente, a produção intencional de dúvidas sobre consensos científicos estabelecidos, utilizando-se frequentemente de argumentos simplificados ou interpretações equivocadas para confundir a opinião pública. Além disso, ocorre uma valorização seletiva e estratégica de dados isolados ou estudos pouco representativos, que reforçam posições contrárias às evidências científicas predominantes. Outro aspecto relevante é o uso massivo e recorrente das mídias sociais e de outros meios digitais para propagar conteúdos que criam um cenário de incertezas entre os cidadãos, gerando confusão, polarização e resistência a medidas ambientais essenciais — como exemplificado por Thi Nguyen ao discutir a gamificação do Twitter e sua influência na construção de discursos polarizados e desinformativos (Nguyen, 2021). Esses elementos combinados criam um ambiente favorável ao crescimento do negacionismo e dificultam significativamente o diálogo entre cientistas, governantes e sociedade civil, afetando diretamente a qualidade das políticas públicas voltadas à proteção ambiental e ao enfrentamento de mudanças climáticas (Todeschini, 2024).

Nesse contexto, é evidente que a presença do negacionismo ambiental prejudica diretamente a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à prevenção e mitigação das enchentes na região Sul do Brasil. O negacionismo climático e a proliferação de desinformação geram consequências práticas importantes, como a demora ou ausência na aplicação de medidas eficazes de gestão de riscos, tais como investimentos em infraestrutura preventiva, modernização dos sistemas de drenagem urbana e programas adequados de manejo do solo e das águas pluviais. Além disso, o impacto da desinformação também se manifesta na redução do apoio popular às iniciativas sustentáveis, diminuindo o engajamento social em práticas ambientais adequadas e fragilizando as políticas públicas locais que dependem de uma ampla aceitação popular para serem bem-sucedidas. Esse cenário acentua ainda mais os danos resultantes dos eventos extremos, tornando os efeitos das enchentes muito mais devastadores e prolongados para as comunidades atingidas.

Como consequência direta dessa situação, observa-se um significativo aumento da vulnerabilidade das comunidades do Sul do Brasil aos eventos climáticos extremos,

especialmente as enchentes, que têm ocorrido com maior frequência e intensidade nos últimos anos. Esses eventos climáticos extremos têm provocado perdas humanas consideráveis, destruição de residências e infraestrutura urbana essencial, como rodovias, escolas e hospitais, resultando também em impactos econômicos graves para o comércio local e para a agricultura, setores fundamentais para a economia regional. Do ponto de vista ambiental, observa-se ainda um grande prejuízo decorrente das enchentes, como contaminação da água por resíduos sólidos, químicos e biológicos, erosão severa do solo, degradação dos recursos naturais e ameaças significativas à biodiversidade local. Além disso, há uma piora nas condições sanitárias das regiões afetadas, com o aumento na incidência de doenças transmissíveis relacionadas ao contato com águas contaminadas (Augustin, 2024).

Diante dessa realidade alarmante, torna-se essencial compreender de forma aprofundada o impacto que a desinformação e o negacionismo ambiental exercem sobre a vulnerabilidade às enchentes na região Sul do Brasil. Torna-se necessário desenvolver políticas públicas robustas e baseadas em evidências científicas sólidas, investir na melhoria contínua dos sistemas de alerta e comunicação eficaz dos riscos ambientais e reforçar significativamente as práticas de educação ambiental. Essas ações possibilitam a construção de comunidades mais resilientes e conscientes, capazes de identificar informações falsas e valorizar evidências científicas sólidas, promovendo a adoção de comportamentos preventivos e garantindo respostas mais rápidas e eficazes frente aos eventos climáticos extremos, reduzindo significativamente seus impactos negativos sobre a população.

3 ENCHENTES NO SUL DO BRASIL: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

As enchentes na região Sul do Brasil são fenômenos naturais recorrentes, que vêm se intensificando nas últimas décadas, causando impactos severos para as comunidades locais. Entre as principais causas desses eventos estão as características geográficas e climáticas da região, combinadas com fatores antrópicos, como o crescimento urbano desordenado, o desmatamento e a ocupação inadequada das áreas próximas às margens dos rios (Ruckert; Vicente; Gomes, 2024).

Dentre os episódios mais recentes, destacam-se as grandes enchentes ocorridas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com eventos extremos registrados em 2008, 2015, e mais recentemente em 2023 e 2024. Essas enchentes tiveram origem principalmente na elevada pluviosidade associada a fenômenos climáticos como o El Niño, somada ao

comprometimento da capacidade natural de drenagem das bacias hidrográficas devido à urbanização desordenada e ao desmatamento de áreas de preservação (Galarça; Cardia, 2021).

Além dos fatores naturais, a ação humana tem exercido um papel crucial no agravamento das enchentes na região. A urbanização acelerada sem planejamento adequado, caracterizada pela ocupação irregular de áreas próximas a rios, supressão de áreas verdes e impermeabilização do solo, contribui significativamente para o aumento da frequência e intensidade das inundações. Essas ações humanas dificultam a absorção das águas pluviais, aumentando o escoamento superficial e comprometendo a capacidade de contenção natural dos rios (Alves, 2021).

As consequências desses eventos são múltiplas e envolvem prejuízos sociais, econômicos e ambientais de grande magnitude. No âmbito social, destacam-se o deslocamento de milhares de famílias, perdas humanas, destruição de habitações e infraestrutura urbana, como pontes, rodovias e serviços essenciais (eletricidade, água potável e saúde pública). Economicamente, os impactos são igualmente devastadores, gerando grandes prejuízos para agricultores, empresários e comerciantes locais, comprometendo a economia regional e nacional (Mira, 2024).

Do ponto de vista ambiental, as enchentes também ocasionam danos severos, como a degradação da qualidade da água, erosão do solo, contaminação por resíduos sólidos e produtos químicos, além do aumento de risco epidemiológico relacionado à proliferação de doenças infecciosas. Ademais, as enchentes afetam diretamente a biodiversidade local, destruindo habitats e colocando em risco ecossistemas importantes para a sustentabilidade regional (Mira, 2024).

Essas situações destacam a importância de uma gestão de riscos mais eficaz e preventiva. Entretanto, o cenário atual, marcado pela presença do negacionismo ambiental e pela desinformação sobre as causas e efeitos das enchentes, prejudica diretamente as ações voltadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Dessa forma, torna-se fundamental ampliar o entendimento sobre os fatores que potencializam tais desastres e adotar estratégias educativas e comunicacionais capazes de neutralizar o negacionismo ambiental, contribuindo para políticas públicas mais consistentes e para a criação de comunidades mais conscientes e preparadas frente a esses eventos.

4 A RELAÇÃO ENTRE NEGACIONISMO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS

A relação entre o negacionismo ambiental e a gestão de riscos torna-se particularmente evidente ao analisar a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à mitigação e à resposta às enchentes no Sul do Brasil. As políticas públicas eficazes dependem fortemente do reconhecimento e da aceitação das evidências científicas relacionadas às causas e consequências das mudanças climáticas, especialmente no contexto das enchentes recorrentes. Contudo, o negacionismo, caracterizado pela rejeição intencional das conclusões científicas consensuais sobre as mudanças climáticas, gera entraves significativos na formulação e execução dessas políticas. Isso ocorre porque a negação ou minimização dos riscos ambientais acaba por desviar a atenção das autoridades públicas para soluções emergenciais pontuais em vez de ações preventivas estruturantes e contínuas. Como consequência, ações governamentais que poderiam antecipar, mitigar ou reduzir os danos causados pelas enchentes são frequentemente enfraquecidas ou atrasadas, deixando comunidades vulneráveis desprotegidas ou inadequadamente assistidas diante de eventos extremos (Magalhães Filho *et al.*, 2024).

Nesse contexto, a desinformação exerce um papel decisivo na diminuição da eficácia das políticas públicas relacionadas às enchentes. Informações falsas, distorcidas ou manipuladas sobre as causas e consequências das mudanças climáticas levam a uma percepção equivocada dos riscos por parte da população e dos gestores públicos, criando um cenário no qual medidas preventivas importantes não são priorizadas ou sequer são adotadas. Conforme argumenta Harry Frankfurt em sua teoria sobre o “bullshit”, esse tipo de discurso é marcado não por falsidade deliberada, mas por uma indiferença à verdade, o que o torna ainda mais perigoso ao moldar opiniões públicas com base em narrativas vazias de compromisso com os fatos (Frankfurt, 2005). A disseminação dessa desinformação compromete o apoio popular e político necessário para implementar ações estruturantes, tais como obras de infraestrutura, projetos habitacionais seguros e programas de gestão ambiental. A redução do suporte público decorrente da desinformação gera resistência à implantação de medidas preventivas e adaptativas, incluindo programas de conscientização, planos de contingência e investimentos em infraestrutura urbana, fragilizando significativamente a capacidade preventiva dos municípios (Fanfa; Costa; Tolentino Neto, 2024).

Diversos estudos têm demonstrado que o negacionismo ambiental e a circulação de informações erradas prejudicam gravemente a resposta das autoridades e da sociedade civil diante dos desastres, especialmente das enchentes na região Sul do Brasil. Episódios recentes nas grandes enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina ilustram claramente essa situação. Em diversas ocasiões, autoridades públicas e setores da sociedade civil ignoraram alertas científicos sobre volumes extremos de chuva previstos para períodos críticos, atrasando

a tomada de decisões emergenciais. Além disso, houve ampla disseminação de informações falsas em plataformas digitais, minimizando a gravidade dos eventos ou atribuindo erroneamente suas causas a fatores pontuais, isolados ou irrelevantes. Como consequência direta dessa dinâmica, a população apresentou baixa adesão às orientações oficiais de evacuação e segurança, resultando no aumento significativo de vítimas fatais, agravamento das perdas materiais e dificuldades prolongadas no processo de reconstrução das áreas afetadas, evidenciando falhas profundas no processo de comunicação e gestão das crises (Jesus-Silva; Barreto, 2024).

Na esfera política e institucional, o impacto do negacionismo ambiental também tem sido bastante significativo, manifestando-se especialmente na interrupção ou atraso na aprovação de recursos financeiros essenciais para implementação de obras estruturais e iniciativas de prevenção. Políticos ou tomadores de decisão influenciados por discursos negacionistas tendem a postergar investimentos necessários, como sistemas adequados de drenagem, barragens de contenção, programas de reflorestamento e preservação das áreas ambientais críticas, e realocação das populações vulneráveis que ocupam áreas de risco. Assim, as cidades ficam desprotegidas, enfrentando períodos prolongados de vulnerabilidade social, econômica e ambiental, o que aumenta consideravelmente as perdas humanas e materiais associadas aos eventos climáticos extremos, como as enchentes (Oliveira; Camardelo; Stedile, 2025).

Diante dessa situação complexa e preocupante, é fundamental reconhecer a urgência de medidas que combatam diretamente o negacionismo ambiental e fortaleçam as políticas públicas voltadas à gestão de riscos. Investir na divulgação científica qualificada, na educação ambiental contínua e na promoção de diálogos transparentes entre cientistas, gestores e sociedade é essencial para contrapor a desinformação. A ampliação do acesso da população à informação confiável, objetiva e baseada em evidências pode potencializar o apoio social e político às ações preventivas, ajudando a implementar políticas públicas robustas e eficazes. Além disso, é indispensável que governos locais e estaduais invistam em estratégias educativas e comunicacionais capazes de esclarecer a população sobre os riscos reais e iminentes das mudanças climáticas, proporcionando melhores condições para que as comunidades estejam mais preparadas e resilientes frente às recorrentes e intensas enchentes do Sul do Brasil.

5 ESTRATÉGIAS PARA COMBATER A DESINFORMAÇÃO E FORTALECER A GESTÃO DE RISCOS

Para combater o negacionismo ambiental e, consequentemente, aprimorar a gestão de riscos relacionados às enchentes no Sul do Brasil, é fundamental enfatizar o papel da ciência e da educação ambiental. A conscientização da sociedade sobre as causas e os efeitos das mudanças climáticas e dos eventos extremos deve ser promovida por meio de programas educativos contínuos, integrados à realidade local, especialmente nas áreas frequentemente atingidas por desastres naturais. Ao fortalecer o conhecimento científico junto à população, torna-se possível reduzir a vulnerabilidade frente à desinformação, proporcionando uma base sólida para a aceitação e o apoio popular às medidas preventivas necessárias para a segurança socioambiental das comunidades (Fanfa; Costa; Tolentino Neto, 2024).

Outro aspecto essencial é o uso eficaz das tecnologias e das estratégias de comunicação para combater as fake news ambientais. Com o avanço das mídias digitais e redes sociais, informações falsas sobre desastres ambientais têm circulado rapidamente, prejudicando a tomada de decisões assertivas tanto por parte das autoridades quanto pela população. Nesse contexto, estratégias que utilizem tecnologias inovadoras, como aplicativos móveis de alertas, plataformas oficiais confiáveis e campanhas de esclarecimento imediato, são ferramentas importantes para minimizar a disseminação de fake news e ampliar o acesso da população às informações corretas e atualizadas sobre riscos ambientais iminentes. Além disso, é fundamental o engajamento das autoridades locais e especialistas em campanhas regulares de esclarecimento, especialmente antes e durante períodos críticos, para garantir maior confiança e adesão às orientações preventivas (Rizzotto; Costa; Lobato, 2024).

Paralelamente a essas medidas, faz-se necessária a formulação e execução de políticas públicas eficazes voltadas especificamente à prevenção e resposta a desastres. Essas políticas devem ser embasadas em evidências científicas robustas e precisam contemplar investimentos em infraestrutura adequada, como melhorias nos sistemas de drenagem urbana, contenção e recuperação de áreas verdes, criação de planos municipais de contingência claros e acessíveis à população, e fortalecimento das estruturas locais de defesa civil. Além disso, é essencial assegurar uma governança que envolva participação ativa das comunidades afetadas, favorecendo processos decisórios transparentes e inclusivos, capazes de gerar confiança social e incentivar o engajamento comunitário nas ações preventivas (Simas *et al.*, 2024).

Dessa forma, combatendo diretamente o negacionismo ambiental por meio da ciência, educação e tecnologia, e aprimorando continuamente as políticas públicas, torna-se possível reduzir significativamente os impactos das enchentes, fortalecendo a capacidade de resiliência das cidades e comunidades do Sul do Brasil frente às crescentes ameaças ambientais contemporâneas.

6 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar o impacto do negacionismo ambiental na prevenção e gestão das enchentes no Sul do Brasil, com especial atenção ao papel da desinformação na formulação de políticas públicas de mitigação e resposta a esses eventos extremos. A partir das análises desenvolvidas, constatou-se que o negacionismo ambiental representa um entrave relevante para o reconhecimento dos riscos associados às mudanças climáticas, o que compromete a eficácia das ações preventivas e de enfrentamento desses desastres.

Verificou-se que o negacionismo ambiental se manifesta na forma de rejeição, distorção ou minimização das evidências científicas sobre as mudanças climáticas, interferindo diretamente na capacidade de resposta das instituições públicas e das comunidades afetadas. A disseminação de desinformação, especialmente por meio das mídias sociais, contribui para a criação de um ambiente de incertezas, dificultando a compreensão dos riscos e a adesão da população às medidas emergenciais. Esse cenário torna a comunicação pública menos eficaz e pode limitar a adoção de políticas consistentes e baseadas em evidências.

Diante desse contexto, evidencia-se a importância de fortalecer estratégias de combate à desinformação, com ações que valorizem o papel da ciência e da educação ambiental. Investir em campanhas de informação clara e acessível, programas educativos contínuos e iniciativas que promovam o letramento científico da população são caminhos necessários para reduzir a vulnerabilidade das comunidades e fomentar o engajamento com as políticas ambientais. Além disso, o uso de tecnologias de comunicação e de sistemas eficientes de alerta precoce pode contribuir para respostas mais rápidas e eficazes em situações de risco.

No campo das políticas públicas, recomenda-se a ampliação de investimentos em infraestrutura preventiva, incluindo a melhoria dos sistemas de drenagem urbana, recuperação de áreas ambientais sensíveis e elaboração de planos municipais de contingência. A participação social nos processos de decisão também se mostra essencial, contribuindo para a legitimidade, eficácia e aceitação das medidas adotadas. O fortalecimento do diálogo entre governo, ciência e sociedade civil pode promover uma atuação mais coordenada e sensível às demandas locais.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas aprofundem a análise dos efeitos da desinformação e do negacionismo ambiental em diferentes contextos brasileiros, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias regionais e interdisciplinares que integrem o saber científico às práticas de gestão pública. Tais esforços são fundamentais para a construção de

comunidades mais preparadas, resilientes e capazes de enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas e pelos eventos climáticos extremos que, infelizmente, tendem a se intensificar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lorrany. **Impacto do processo de urbanização na formação de enchentes e inundações urbanas.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/36383/5/TFE-Lorrany%20Alves-%20vers%C3%A3o%20final%20repertorio%20ufmg.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2025.

AUGUSTIN, A. Núcleo Porto Alegre analisa os impactos das enchentes na população pobre e negra do Rio Grande do Sul. **Observatório das Metrópoles**, 2024. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/nucleo-porto-alegre-analisa-os-impactos-das-enchentes-na-populacao-pobre-e-negra-do-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

FANFA, Michele de; COSTA, Camilo Silva; TOLENTINO NETO, Luiz Caldeira Brant de. O caso das enchentes no Rio Grande do Sul. **Revista Uninter de Comunicação**, 2024. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistacomunicacao/index.php/revista/article/view/983>. Acesso em: 16 mar. 2025.

FANFA, Michele de; COSTA, Camilo Silva; TOLENTINO NETO, Luiz Caldeira Brant de. Os efeitos das mudanças climáticas e da desinformação: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul. **Revista Uninter de Comunicação**, Curitiba, v. 12, n. 21, p. 48–69, 2024. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistacomunicacao/index.php/revista/article/view/983>. Acesso em: 16 mar. 2025.

FRANKFURT, Harry G. **Sobre falar merda**. Tradução de Ricardo Gomes Quintana. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2005. Disponível em: <https://www.intrinseca.com.br/livros/sobre-falar-merda/>. Acesso em: 9 maio 2025.

GALARÇA, P. J. P., & CARDIA, J. S. (2021). Impactos Climáticos Extremos Ocorridos no Rio Grande do Sul ao Longo do Século XIX. **Revista Brasileira de Climatologia**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/353681558_IMPACTOS_CLIMATICOS_EXTREMOS_OCORRIDOS_NO_RIO_GRANDE_DO_SUL_AO_LONGO_DO_SECULO_XIX. Acesso em: 16 mar. 2025.

JESUS-SILVA, Thiago Henrique de; BARRETO, Helena Martins do Rêgo. Rio Grande do Sul e o ecossistema da desinformação: narrativas sobre a crise climática. **Comunicação & Mídia**, 2024. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/612>. Acesso em: 16 mar. 2025.

MAGALHÃES FILHO, Fernando J. C.; MENDES, Alesi Teixeira; SANTOS, Gesmar Rosa dos; BENETTI, Antônio Domingues; DORNELLES, Fernando. Enchentes e inundações no Rio Grande do Sul em 2024: impactos e desafios para a gestão integrada de políticas públicas no saneamento básico. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/16385/1/BRUA_33_Artigo_1_Enchentes_e_inundacoes.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025.

MIRA, Eduardo. Enchentes no RS e seus efeitos sobre a economia do país. **Forbes Brasil**, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2024/05/eduardo-mira-enchentes-no-rs-e-seus-efeitos-sobre-a-economia-do-pais/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

NGUYEN, C. Thi. How Twitter gamifies communication. In: LACKEY, Jennifer (org.). **Applied epistemology**. Oxford: Oxford University Press, 2021. p. 410–436.

OLIVEIRA, Mara de; CAMARDELO, Ana Maria Paim; STEDILE, Nilva Lúcia Rech. As enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul: degradação ambiental, negacionismo e minimização do Estado. **RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar**, v. 6, n. 1, jan. 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/387968913_AS_ENCHENTES_OCORRIDAS_NO_RIO_GRANDE_DO_SUL_DEGRADACAO_AMBIENTAL_NEGACIONISMO_E_MINIMIZACAO_DO_ESTADO#THE_FLOODS_IN_RIO_GRANDE_DO_SUL_ENVIRONMENTAL_DEGRADATION_DENIALISM_AND_STATE_MINIMIZATION_LAS_INUND. Acesso em: 16 mar. 2025.

RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon; COSTA, Ana; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos da Costa. Crise climática e os novos desafios para os sistemas de saúde: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul/Brasil. **Radis Comunicação e Saúde**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/382440240_Crise_climatica_e_os_novos_desafios_para_os_sistemas_de_saude_o_caso_das_enchentes_no_Rio_Grande_do_SulBrasil. Acesso em: 16 mar. 2025.

RUCKERT, A. A., VICENTE, F. J., & GOMES, L. F. R. (2024). A tragédia climática no Rio Grande do Sul em 2024: Anotações sobre uma catástrofe anunciada. **Geografares**. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/46646>. Acesso em: 16 mar. 2025. SANTINI, R. M.; BARROS, C. E. Negacionismo climático e desinformação online: uma revisão de escopo. **Liinc em Revista**, v. 18, n. 1, p. e5948, 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/download/5948/5602/21199>. Acesso em: 16 mar. 2025.

SIMAS, Danielle Costa de Souza; LIMA, Jonathas Simas de; SALES, R. A. C. de; NORTE, N. N. B. de O.; NORTE FILHO, A. F. do; SILVA FILHO, E. C. e; CAVALCANTI, C. C. A. T.; MARINHO, E. A.; PAIVA JÚNIOR, C. A. V. de; SOUZA, A. P. de; JUSTINIANO, J. dos S.; SOUZA JUNIOR, A. M. de; LIMA, N. A. de; MATIAS, J. O.; DUARTE, E. R. Desastres naturais e seus impactos nas cidades: estudo de caso da enchente histórica ocorrida no ano de 2024 no Rio Grande do Sul - Brasil. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 9, e10505, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/10505>. Acesso em: 16 mar. 2025.

TODESCHINI, C. A. O negacionismo ambiental e a inundação de Porto Alegre. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/639423-o-negacionismo-ambiental-e-a-inundacao-de-porto-alegre-artigo-de-carlos-atilio-todeschini>. Acesso em: 16 mar. 2025.